

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**Conselhos Municipais****Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS****Ata - Reunião Extraordinária CMAS nº 04/2026**

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às oito horas e quarenta e cinco minutos, reuniram-se, de forma presencial, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapevi – CMAS, nas dependências da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, situada à Rua Escolástica Chaluppe, nº 154, Centro, Itapevi/SP. A reunião foi aberta pela Presidente do Conselho, Sra. Tathyane Delminda F. Silva, que realizou os cumprimentos iniciais e agradeceu a presença de todos. Na sequência, apresentou as pautas da reunião: (1) aprovação do PMAS e (2) retificação do plano de reprogramação do FEAS, passando a palavra à Conselheira Maria Luiza de Sousa, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social. A conselheira iniciou apresentando aos presentes a servidora Érica de Oliveira Guarnieri, que recentemente passou a integrar a equipe do órgão gestor da Secretaria, especificamente no núcleo de finanças e orçamento. A servidora apresentou-se aos conselheiros, relatando sua experiência no serviço público, destacando ser concursada há mais de vinte anos e que, após nove anos cedida a outro município, retornou ao município de origem. Dando início às pautas, a Conselheira Maria Luiza apresentou os valores constantes no Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, previstos para o exercício de 2026 e alocados no Fundo Municipal de Assistência Social. No que se refere aos recursos municipais, está previsto o montante de R\$ 8.295.945,98, dos quais R\$ 4.295.945,98 serão destinados ao custeio dos serviços. Quanto aos recursos estaduais, a previsão é de R\$ 1.289.033,31, e, no que tange aos recursos federais, o valor estimado é de R\$ 940.962,12, totalizando R\$ 10.525.941,41 em recursos previstos para o Fundo Municipal de Assistência Social. A servidora Érica destacou que tal previsão orçamentária evidencia um cenário de forte dependência de recursos municipais, com significativa desproporcionalidade entre as fontes de financiamento, ressaltando a necessidade de planejamento estratégico para garantir a adequada aplicação dos recursos. Na sequência, a conselheira Maria Luiza apresentou a destinação prevista para os recursos estaduais. No âmbito da Proteção Social Básica, na rede direta, o valor de R\$ 300.000,00 será destinado ao serviço executado no Centro de Convivência do Idoso, para custeio de alimentação, materiais de consumo e demais despesas relacionadas às oficinas voltadas à pessoa idosa. Ademais, há previsão de R\$ 50.000,00 para cada unidade de CRAS, destinados ao custeio de alimentação, materiais de consumo, materiais de expediente, serviços de terceiros e demais despesas necessárias às atividades desenvolvidas com as famílias atendidas. Na rede indireta, está previsto o montante de R\$ 162.000,00 para execução de termo de fomento com a OSC Recanto da Cruz Grande, destinado às ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como R\$ 149.823,00 para execução de termo de colaboração com a OSC Instituto Recrie, para custeio de oficinairos, materiais de consumo e serviços relacionados às atividades desenvolvidas nos CRAS. No que se refere à Proteção Social Especial, na rede direta, o valor de R\$ 20.470,63 será destinado ao serviço executado no CREAS, no âmbito do programa de Liberdade Assistida, para custeio de alimentação, materiais de consumo, materiais de expediente, serviços de terceiros e demais despesas. Na rede indireta, há previsão de R\$ 90.739,68 para execução de termo de fomento com a OSC APAE, destinado ao custeio de materiais e serviços para realização de oficinas voltadas à pessoa com deficiência; R\$ 288.000,00 para execução de termo de colaboração voltado ao acolhimento de crianças e adolescentes; e R\$ 78.000,00 destinados à execução de termo de colaboração para acolhimento de mulheres vítimas de violência. Após análise dos valores apresentados e



suas respectivas destinações, o Conselho aprovou o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, por unanimidade e sem ressalvas. Dando prosseguimento, a conselheira Maria Luiza informou que a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social precisou retificar o plano de reprogramação apresentado na reunião ordinária de fevereiro. No âmbito da Proteção Social Básica, inicialmente estava prevista a reprogramação do montante de R\$ 573.976,99, sendo R\$ 505.873,80 referentes a valores repassados em 2025 e R\$ 68.103,19 referentes a repasse creditado em dezembro de 2024. Contudo, conforme orientação da DRADS, este último valor não poderá ser reprogramado novamente, devendo o município proceder à devolução. De forma análoga, na Proteção Social Especial de Média Complexidade, estava prevista a reprogramação de R\$ 237.343,44, sendo R\$ 224.891,78 referentes a valores repassado em 2025 e R\$ 12.451,66 referente a repasse de dezembro de 2024, o qual também deverá ser devolvido. Adicionalmente, a conselheira informou que o Departamento de Tesouraria comunicou, em 12 de março, o recebimento de notificação bancária referente à abertura de conta e crédito no valor de R\$ 29.400,00, realizado em 26 de dezembro de 2025, vinculado à Vigilância Socioassistencial (FEAS VSA). Considerando tratar-se de recurso do exercício anterior, o valor foi incluído no plano de reprogramação, atualizado para R\$ 29.703,98 em razão de rendimentos. Aberto o espaço para esclarecimentos, a conselheira Ana Cristina Pires Coelho, representante da APAE, questionou se havia planejamento para utilização dos recursos no exercício anterior, de modo a evitar a devolução. Em resposta, a servidora Érica esclareceu que havia previsão de utilização, contudo fatores como diferença entre valores estimados e homologados em processos licitatórios, bem como a não conclusão de alguns certames dentro do exercício, contribuíram para a existência dos saldos. Acrescentou, ainda, que, diante da expectativa de nova reprogramação, os esforços foram concentrados na execução dos recursos já reprogramados, os quais foram integralmente utilizados. Tendo em vista que parte dos conselheiros presentes não participou da reunião ordinária realizada no mês de fevereiro, a conselheira Maria Luiza procedeu à reapresentação das informações relativas à destinação dos recursos a serem reprogramados. No âmbito da Proteção Social Básica, foi informado que o saldo disponível em conta, no montante de R\$ 505.873,80, será destinado da seguinte forma: R\$ 70.000,00 para cada unidade de CRAS, visando o custeio das ações da Proteção Social Básica, especialmente aquelas vinculadas ao PAIF – Programa de Atenção Integral à Família, e R\$ 225.873,80 para o CCI. Em relação ao CCI, esclareceu-se que os recursos serão aplicados nas ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da rede pública, com foco no atendimento à pessoa idosa, contemplando despesas com alimentação, materiais de consumo e manutenção dos serviços, de modo a qualificar as atividades socioeducativas ofertadas. Informou-se, ainda, que o saldo elevado se deve ao repasse complementar oriundo do FEAS, superior a R\$ 300.000,00, deliberado pelo CMAS no exercício de 2025, cujo pagamento ocorreu de forma parcelada, sendo a última parcela recebida apenas em dezembro daquele ano, o que inviabilizou sua execução dentro do exercício. No que se refere à Proteção Social Especial de Média Complexidade, o saldo remanescente apurado foi de R\$ 224.891,78, com proposta de reprogramação distribuída da seguinte forma: R\$ 14.891,78 destinados ao CREAS, para atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), abrangendo ações previstas no Plano de Atendimento, como atividades socioeducativas, contratação de serviços de terceiros e aquisição de materiais de consumo; e R\$ 210.000,00 destinados às ações do Acolhimento Noturno, executado pela Organização Comunidade Kolping Cristo Rei. Destacou-se que a destinação de recursos para o Acolhimento Noturno já havia sido previamente aprovada pelo CMAS, sendo necessária



sua reprogramação em razão de parte dos valores ter sido creditada somente em dezembro de 2025, impossibilitando sua execução no mesmo exercício. No tocante à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, foi identificado saldo de R\$ 60.000,00, a ser aplicado na modalidade Casa Lar – SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes). Em relação à Vigilância Socioassistencial, verificou-se a existência de saldo de R\$ 39.010,95 na conta de custeio e R\$ 21.771,41 na conta de investimento, destinados à contratação de empresa especializada para elaboração de diagnóstico socioterritorial, bem como à modernização de infraestrutura necessária ao fortalecimento da área, acrescidos de R\$ 29.703,98 também na modalidade custeio. Quanto à Implantação de CRAS, apurou-se saldo de R\$ 405.827,34 na modalidade custeio, a ser utilizado na contratação de serviços e aquisição de materiais de consumo, e R\$ 173.926,00 na modalidade investimento, destinados à aquisição de equipamentos, com o objetivo de ampliar e qualificar a rede socioassistencial do município. O conselheiro Ricardo Saliba indagou a respeito da localização do novo CRAS, tendo em vista o recurso disponível para tal finalidade, diante disso, a conselheira Maria Luiza informou que a gestão está estudando a melhor localização do território para a implantação da nova unidade. Por fim, no que diz respeito aos Benefícios Eventuais, foi identificado saldo total de R\$ 131.537,53, a ser destinado à aquisição de kits enxoval para gestantes em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela rede municipal, conforme critérios estabelecidos no Programa Mãe Itapeviense. Após sanadas as dúvidas apresentadas, a Plenária aprovou, por unanimidade e sem ressalvas, a reprogramação dos saldos remanescentes para utilização no exercício de 2026, nas modalidades apresentadas. Após conclusão das pautas apresentadas, a presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Participaram presencialmente desta reunião: Tathyane Delminda F. Silva e Marcio Antônio Badin – Secretaria da Fazenda; Ricardo Saliba Urbano – Secretaria de Educação; Ana Cristina Pires Coelho – APAE; Érica de Oliveira Guarnieri e Maria Luiza de Sousa – Secretaria de Desenvolvimento Social. E eu, Maria Luiza de Sousa Torres, Segunda Secretária do CMAS, lavrei a presente ata.